



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em São Domingos do Prata

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de São Domingos do Prata 26	
3.1	Caracterização Geral.....	26
3.2	Análise Temática	36
3.3	Clipping de Notícias.....	83
3.4	Textos Acadêmicos	89
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	93
4.1	Turismo	93
4.2	Cultura	93
4.3	Esporte e Lazer	94
5	Avaliação de Impactos	98
5.1	Metodologia	98
5.2	Resultados	118
6	Créditos e Referências	124
	Entrevistados no município.....	124

Equipe Técnica.....	124
Referências	128

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	23
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	24
Figura 6 Mapa de localização município de São Domingos do Prata.....	31
Figura 7 Mapa dos bens identificados em São Domingos do Prata	40
Figura 8 Agência de turismo Transprata Turismo.....	55
Figura 9 Centro de eventos	56
Figura 10 Parque natural municipal Elci Rolla Guerra	61
Figura 11 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	63
Figura 12 Igreja de Sant'Anna.....	76
Figura 13 Ilustração aluno - Educação Patrimonial	76
Figura 14 Nuvem termos de referências clipping de São Domingos do Prata.....	88
Figura 15 Modelo de Gráfico de Radar	104
Figura 16 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	105
Figura 17 Classificação da Significância de Impactos	106

Figura 18 Impacto na imagem do município.....	121
-----------------------------------------------	-----

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de São Domingos do Prata.....	35
----------------------------------------------------------------	----

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização - São Domingos do Prata e Minas Gerais (%).....	27
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - São Domingos do Prata e de Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	29
Tabela 4 IDHM e seus componentes - São Domingos do Prata e Minas Gerais (1991,2000 e 2010)	32
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) - São Domingos do Prata e Minas Gerais (2010 – 2013).....	34
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – São Domingos do Prata e Minas Gerais (2000 e 2010)	36
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – São Domingos do Prata.....	38
Tabela 8 Equipamentos de hospedagem	47
Tabela 9 Serviços e equipamentos de alimentos e bebidas	49
Tabela 10 Serviços de Transporte.....	54
Tabela 11 Locais e templos de manifestação de fé/edificações	57
Tabela 12 Orçamento municipal: despesas realizadas segundo a função Cultura - São Domingos do Prata (2014 e 2015).....	65
Tabela 13 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – São Domingos do Prata (2013-2017)	67

Tabela 14 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – São Domingos do Prata, 2014-2016	67
Tabela 15 Atrativos culturais identificados em São Domingos do Prata	69
Tabela 16 Atrativos culturais	70
Tabela 17 Equipamentos de esporte e lazer	81
Tabela 18 Clipping de notícias de São Domingos do Prata.....	85
Tabela 19 Síntese de citações	90
Tabela 20 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	99
Tabela 21 Modelo planilha de identificação dos impactos ambientais	101
Tabela 22 Planilha de identificação dos impactos ambientais	122
Tabela 23 - Listagem de participantes de reunião institucional em São Domingos do Prata	124
Tabela 24 Equipe Técnica	124

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de São Domingos do Prata, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de São Domingos do Prata aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de São Domingos do Prata/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de São Domingos do Prata. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de São Domingos do Prata

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

A região na qual se encontra São Domingos do Prata foi ocupada, originalmente, por índios pertencentes à tribo dos Botocudos. Em função de suas terras férteis, a área passou a receber exploradores, a exemplo de Domingos Marques Afonso, que, ao lado de Antônio Alves Passos, construiu uma capela para São Domingos Gusmão. Tal capela viria, mais tarde, a se constituir na Igreja Matriz de São Domingos do Prata (FERREIRA, 1959; SÃO DOMINGOS DO PRATA, 2016).

Desse modo, o nome do município se refere ao seu santo padroeiro, São Domingos Gusmão, e ao rio da Prata, que banha a cidade (SÃO DOMINGOS DO PRATA, 2016).

Em 20 de julho de 1843, São Domingos do Prata passou de arraial para vila com a Lei Provincial nº 247, para tornar-se município em 1º de março de 1890. À época, compunha-se de distritos desmembrados de Itabira e Mariana. No ano seguinte, foi instalada a sede municipal com a Lei nº 45.

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual São Domingos do Prata está situada corresponde a 743,768 Km², pertencendo à Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e à Microrregião de Itabira (FERREIRA, 2016; SÃO DOMINGOS DO PRATA, 2016). Sua temperatura média anual é de 21,3° C.

Seus municípios limítrofes são: Antônio Dias, Jaguaraçu, Nova Era, Bela Vista de Minas, Rio Piracicaba, Alvinópolis, Dom Silvério, Sem Peixe, São José do Goiabal, Dionísio e Marliéria.

O município possui os distritos Cônego João Pio, Ilhéus do Prata, Juiracú, Santana do Alfíe e Vargem Linda (BARBOSA, 1995; SÃO DOMINGOS DO PRATA, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, a população de São Domingos do Prata em 2016 era de 17.792 habitantes e sua densidade demográfica de 23,2 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de São Domingos do Prata foi de -0,67%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010 a população do município registrou taxa média anual de crescimento novamente negativa (-0,16%). Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 51,71% em 2000, teve aumento em 10 anos, passando para 60,62% em 2010. Já em Minas Gerais, observa-se aumento pouco significativo, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29%. Verifica-se, porém, o deslocamento contínuo da população pertencente às áreas rurais para a zona urbana, tanto no município como no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização - São Domingos do Prata e Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
São Domingos do Prata	População urbana	42,09	51,71	60,52
	População rural	57,91	48,29	39,48
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de São Domingos do Prata era composta por 48,63% de homens e 51,37% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de São Domingos do Prata, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 20,89%, em 1991, para 10,80%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

Porém, o percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (7,36%, em 1991, para 13,89%, em 2010), é significativamente menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Além disso, observa-se que, em 2010, somente 5,4% da população de São Domingos do Prata possuía ensino superior completo, frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de São Domingos do Prata possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em São Domingos do Prata, no ano 2000, a razão de dependência foi de 58,58%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 49,61%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 11,84% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - São Domingos do Prata e de Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

		1991	2000	2010
São Domingos do Prata	Razão de dependência	67,80%	58,58%	49,61%
	Taxa de envelhecimento	7,66%	9,58%	11,84%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, diferenças pouco significativas entre os valores atribuídos a São Domingos do Prata e a Minas Gerais, tanto naquilo que se refere à razão de dependência quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso ao município de São Domingos do Prata se dá pela via terrestre, sendo seu principal meio o rodoviário. O terminal rodoviário do município é a Estação Rodoviária Dr. Antônio Roberto⁸, que se encontra em bom estado de conservação e cuja administração é pública.

São Domingos do Prata é atendido pela BR-120⁹. Além disso, estradas vicinais ligam a sede aos distritos e a localidades rurais. O município está situado a 144 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (94

⁸ Endereço: Av. Ministro Paulino Cícero de Vasconcelos - Dona Julieta – CEP: 35995-000.

⁹ Pode também ser acessada pelas rodovias BR-040, BR-381, BR-262. (SÃO DOMINGOS DO PRATA, 2016).

Km) e Rio Doce (62 Km). O transporte intermunicipal é realizado principalmente pela empresa Gontijo (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

O meio ferroviário pode ser acessado no município de Nova Era, enquanto os serviços aeroviários mais próximos encontram-se no município de Ipatinga, que conta com o Aeroporto da USIMINAS (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que São Domingos do Prata conta com as empresas Claro, Tim e Vivo como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis.

A Figura 6, abaixo, aponta à localização e as principais vias de acesso ao município de São Domingos do Prata.

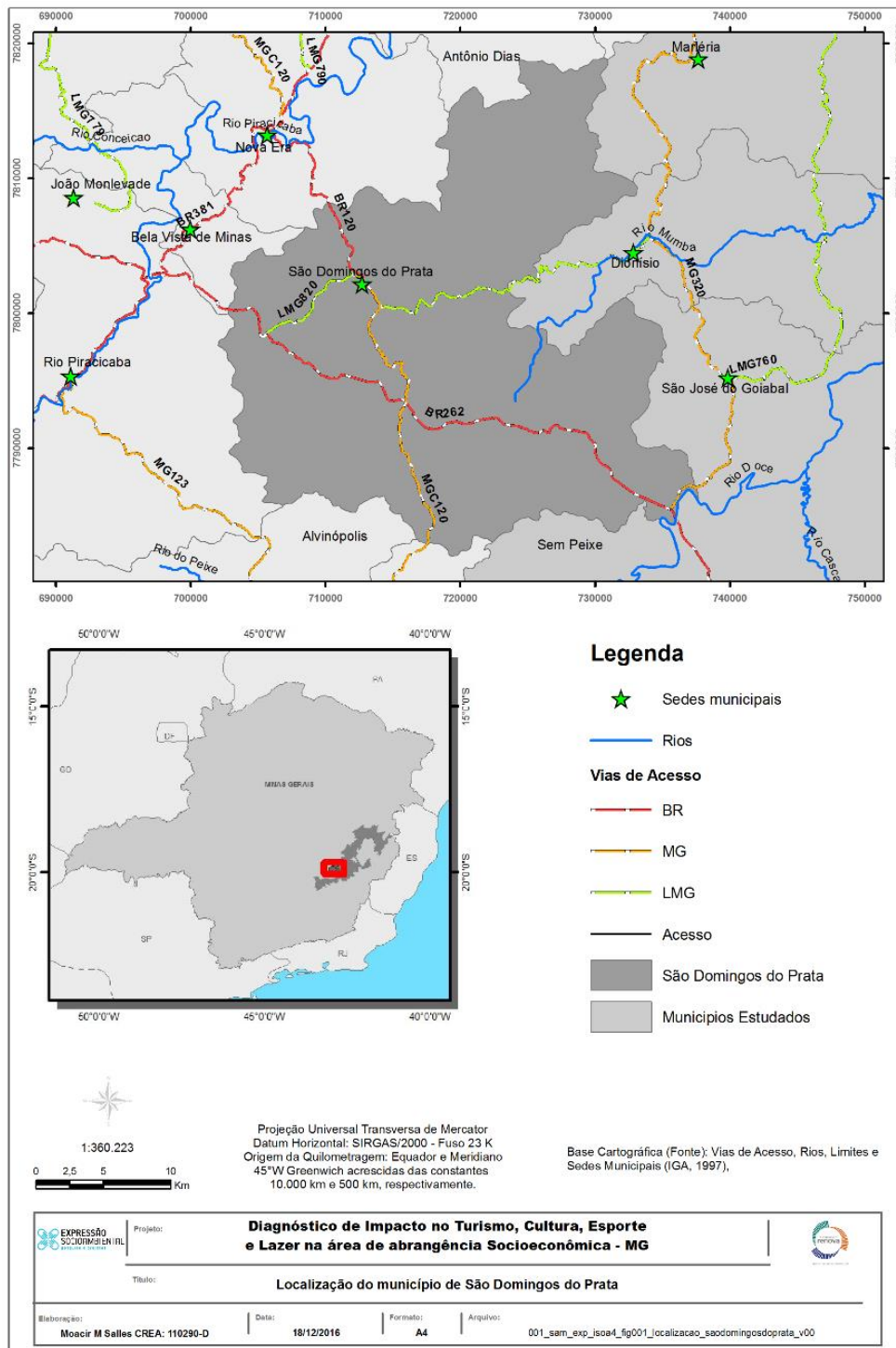


Figura 6 Mapa de localização município de São Domingos do Prata

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de São Domingos do Prata, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,308 do IDHM total, 0,144 do IDHM longevidade, 0,147 no IDHM renda e 0,437 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - São Domingos do Prata e Minas Gerais (1991,2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
São Domingos do Prata	0,382	0,561	0,690	0,679	0,779	0,823	0,527	0,601	0,674	0,156	0,377	0,593
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de São Domingos do Prata foi de 0,690 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado dos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,156 para 0,593. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,823 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se próximo ao patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de São Domingos do Prata manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a São Domingos do Prata, é possível identificar que o PIB do município decresceu no período de 2011 a 2013, passando de 10,9%, entre 2010 e 2011, para 7,4%, entre 2011 e 2012. Entre 2012 e 2013, porém, verificou-se recuperação, tendo o crescimento do PIB saltado para 8,9% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registrou taxa de crescimento médio anual de 9,06% no período 2011-2013, sendo esta superior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de São Domingos do Prata cresceu mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) - São Domingos do Prata e Minas Gerais (2010 – 2013)

Local	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
São Domingos do Prata	190.056	10,9	204.194	7,4	222.337	8,9
Minas Gerais	619.103	7	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB per capita, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$9.874,98,00, em 2010, e R\$12.483,12, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

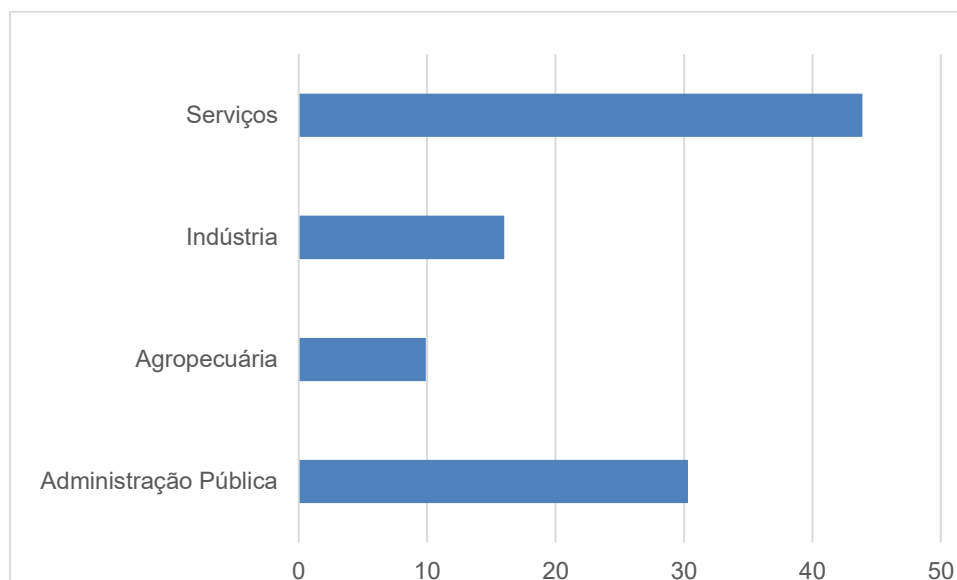
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de São Domingos do Prata encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 30,3% e 43,9%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de São Domingos do Prata



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 16% e 9,9%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Especialmente para o setor da indústria, observa-se diferença significativa entre o município e Minas Gerais (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de São Domingos do Prata possuía 4.404 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 5.310 no ano de 2010, indicando um crescimento pouco significativo. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – São Domingos do Prata e Minas Gerais (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
São Domingos do Prata	4.404	5.310
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 202 empregos em 113 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, empregava somente 310 pessoas em 30 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 608 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, São Domingos do Prata conta com Lei Orgânica (Lei nº 0/1990).

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de São Domingos do Prata. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas¹⁰. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de São Domingos do Prata para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em São Domingos do Prata, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar 106 bens, serviços e atrativos. O município possui um diversificado calendário cultural, com eventos como a Festa da Cruz do Jambeiro e o Festival Gastronômico. Entre os atrativos naturais do município, destaca-se a Cachoeira do Alfie e o Parque Elci Rolla. Os atrativos turísticos presentes no município são acompanhados por uma rede de serviços direcionados a esse setor, como a existência de duas agências de turismo.

¹⁰ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – São Domingos do Prata

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	58
Equipamento de hospedagem	7
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	29
Transporte	4
Locais/templos de manifestação de fé	12
Serviços e equipamentos para eventos	3
Outro serviço e equipamento turístico	3
Equipamentos Culturais	3
Meios de Comunicação	1
Equipamentos Culturais	2
Equipamentos de Esporte e Lazer	8
Equipamentos de Esporte e Lazer	8
Atrativos	15
Atrativo natural	4
Atrativo cultural	11
Diversidade Cultural	22
Grupos Culturais	8
Calendário Cultural	11
Gastronomia	3
Total	106

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

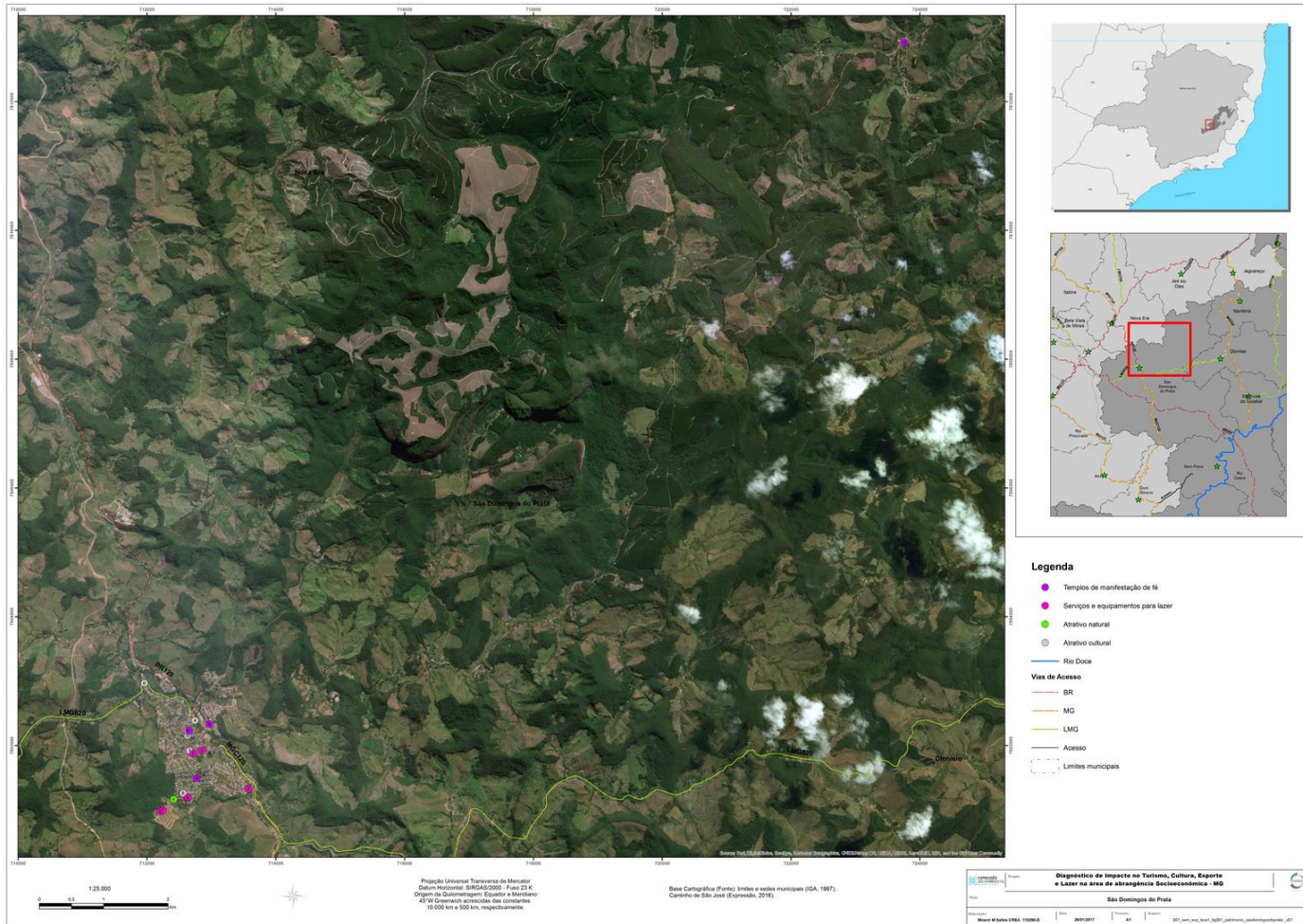


Figura 7 Mapa dos bens identificados em São Domingos do Prata

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, avalia, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município¹¹” (FJP, 2013).

¹¹ O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

Este indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, São Domingos do Prata ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época, apenas 44 municípios de Minas Gerais possuíam tais políticas.

Nesse sentido, verifica-se que, de acordo com o Ministério do Turismo, São Domingos do Prata é classificado na categoria D, o que, grosso modo, significa que a política de turismo no município está em estágio inicial. A categorização dos municípios é disponibilizada no mapa do turismo brasileiro e serve de instrumento para auxiliar gestores públicos na tomada de decisão.

O município de São Domingos do Prata possui órgão de gestão das políticas de turismo - a Seção de Turismo, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Destaca-se o fato de o setor possuir apenas um funcionário. No entanto, o encarregado é um turismólogo, fato que pode contribuir para o planejamento e a gestão da política de turismo no município.

Em sua estrutura de gestão, o município conta, ainda, com Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, instituído pela Lei nº 3011, de 30 de junho de 2004, o Fundo Municipal do Turismo, instituído pela Lei nº 439 de 2010, e o Plano Municipal de Turismo. Verifica-se que o referido Plano se constitui em instrumento fundamental para o planejamento e a gestão da política de turismo, uma vez que estabelece objetivos, ações, metas, prazos e indicadores de monitoramento e avaliação.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”, assim, a denominação de PMDTS, PMT ou Plano Diretor de Turismo (PDT) de fato são instrumentos similares de planejamento, somente se diferenciando pela sua nomenclatura. De modo geral, possuem um horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, que é reelaborado a partir de mudanças no cenário do município, a fim de garantir as estratégias de atuação para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município, dentre outras:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

A gestão da política do turismo em São Domingos do Prata dispõe do Conselho Municipal de Turismo como mecanismo de participação social. Instituído pela Lei nº 3.011, de 01 de junho de 2004, o Conselho possui caráter consultivo e representação paritária. Seu funcionamento, porém, foi efetivado somente em 2010.

O Conselho é considerado o principal mecanismo de participação e controle social nas decisões sobre os rumos da atividade turística do município, inclusive naquilo que se refere à elaboração do PMT. Segundo a SETUR/MG (2014), o Conselho Municipal deve ser “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

Ao medir o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo”¹², a Fundação João Pinheiro apontou que “os gastos

¹² O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo

orçamentários de São Domingos do Prata na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009” (FJP, 2013).

Porém, atualmente o município possui dotação orçamentária específica para a execução da política do turismo, a qual se compõe de recursos próprios, advindos do orçamento municipal e de parceria com o governo estadual. O valor deste recurso, conforme informou o gestor público entrevistado em novembro de 2016, é de R\$ 12.000,00.

Tais recursos são aportados no Fundo Municipal do Turismo – FUMTUR, instituído pela Lei nº 439 de 2010, e geridos pelo COMTUR. O Fundo encontra-se regulamentado e em funcionamento. Conforme informado pelo gestor municipal entrevistado, o FUMTUR já financiou a execução de projetos diversos: festival gastronômico, cursos de capacitação, reformas de praças, entre outros. Nota-se que o município tem feito bom uso deste instrumento, uma vez que ele serve à destinação das ações propostas no Plano Municipal de Turismo.

Outro instrumento de fomento ao turismo com o qual conta o município é a Lei nº 507 de 2013, que institui em São Domingos do Prata o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, criando uma Sala do Empreendedor, emitindo um Alvará de Funcionamento Provisório, exigindo uma vistoria prévia mais ágil, entre outras ações. Tais ações são tratadas pela Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, assim como pela Lei Complementar nº 127 e Lei Complementar nº 128.

Considerando que a atividade turística é desenvolvida principalmente por micro e pequenas empresas, muitas vezes familiares, a Lei nº 507 é importante para potencializar o desenvolvimento do turismo no município. Em seu Capítulo XVII, a Lei trata “Do Turismo e suas Modalidades”. Já em seu Art. 52, estabelece-se que “O Poder Público Municipal poderá

como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

promover parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, entidades de apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável, Circuitos Turísticos e outras instâncias de governança, que visem a melhoria da produtividade e da qualidade de produtos turísticos do município”.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

São Domingos do Prata participa do Programa Nacional de Regionalização do Turismo e, conseqüentemente, da política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs). O município encontra-se inserido no Circuito Turístico Mata Atlântica de Minas.

O Circuito Mata Atlântica de Minas (2016)¹³ é constituído pelos municípios próximos ao Parque Estadual do Rio Doce, a saber: Açucena, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Marliéria, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata e Timóteo.

O município também participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo, e receberá, em 2017 - ano de referência de 2015 -, o montante de R\$ 1.633,61¹⁴. Esta política visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasse mensal de recursos, além de estimular a formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

O município de São Domingos do Prata já possuía um Inventário de Oferta Turística preliminar, realizado em 2009. Foi necessário, todavia, validar e atualizar as informações disponíveis. Desse modo, os resultados desta atualização são apresentados em seguida.

13 http://www.descubraminas.com.br/Turismo/CircuitoDetalhe.aspx?cod_circuito=85

14 Publicação dos índices provisórios de Investimento em Turismo dos Municípios (IIT) e de participação para fins de distribuição da parcela de ICMS pelo critério Turismo em 2017, ano-referência 2015, nos termos do Artigo 9º, § 5º, da Lei Estadual n.º 18.030, de 12 de janeiro de 2009 (Caderno de Imprensa Oficial – Diário do Executivo, p. 122 – sábado, 12 de Novembro de 2016, Governo Estadual de Minas Gerais).

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”.

Com base nessa definição, foram inventariados seis meios de hospedagem em São Domingos do Prata. Somada a infraestrutura de todos os meios de hospedagem, o município conta com 139 unidades habitacionais e um total de 319 leitos. São eles:

- Hotel Semião;
- Hotel Castro & Silva;
- Pousada Vargem Linda;
- Pousada Silver Mayer;
- Hotel Santa Isabel;
- Hotel Nossa Senhora Aparecida.

Tabela 8 Equipamentos de hospedagem



Hotel Santa Isabel



Hotel Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram identificados 28 empreendimentos de refeições, lanches e/ou bebidas que prestam serviços remunerados. Ressalta-se que alguns deles já haviam sido inventariados em 2009. Os locais que tiveram os inventários atualizados ou validados foram:

- Bar e Lanchonete do Vander;
- Garajão do Dé Bar e Choperia;
- NSA Lanches;
- Trailer do Wallace;
- Bar da Zinha;
- Bar Três Irmãos;
- Bar do Danilo;
- Bar da Léia;
- Estação do Açaí;
- Churrasquinho do Adriano;
- Buffet da Lalada;
- Restaurante Castro & Silva;



- Restaurante da Lurdinha;
- Choperia e Lanchonete do Negão;
- Bar e Merceria Uirapurú;
- Padaria e Lanchonete Esplendor;
- Bar do Vaguinho;
- Bar do Raimundo;
- Restaurante Nossa Senhora Aparecida;
- Restaurante e Pizzaria Panela de Pedra;
- Restaurante e Lanchonete Vargem Linda;
- Restaurante Semião;
- Restaurante Canto de Minas;
- Pizzaria Kalú;
- Lanchonete e Feira Mercado Prateado;
- Bar e Merceria Santa Helena;
- Bar do Adriano;
- Bar Casa Grande.

Tabela 9 Serviços e equipamentos de alimentos e bebidas





N.S.A. Lanches



Trailer do Wallace



Bar da Zinha



Bar Três Irmãos



Bar do Danilo



Bar da Léia





Estação do Açai



Churrasquinho do Adriano



Buffet da Lalada



Restaurante Castro & Silva



Bar e Restaurante da Lurdinha



Choperia e Lanchonete do Negão





Bar e Restaurante Uirapuru



Padaria e Lanchonete Esplendor



Bar do Vaguinho



Bar do Raimundo



Bar e Restaurante Nossa Senhora Aparecida



Restaurante e Pizzaria Panela de Pedra



Restaurante Semião



Lanchonete e Pizzaria Kalu



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

Foram inventariados dois prestadores de serviço de táxi e duas empresas de transportes turísticos, que realizam viagens em linhas comerciais, a saber:

- Senhor Geraldo Fortunato (taxista);
- Senhor José Geraldo (taxista);
- Pratur;

- Transprata Turismo.

Tabela 10 Serviços de Transporte

Táxi Sr. Geraldo Furtado	Transprata Turismo
	

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.4 Agências de Turismo

O trabalho de campo permitiu identificar duas empresas que prestam o serviço de agenciamento turístico, ambas de caráter emissivo, listadas a seguir:

- Transprata Turismo;
- Pratatur.



Figura 8 Agência de turismo Transprata Turismo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.2.1.2.5 Espaço para Eventos

O levantamento de campo possibilitou identificar e inventariar os seguintes espaços para eventos: Centro de Evento; Produtora de Eventos Na Balada; e Parque de Exposição Paulo Rolla Perdigão.

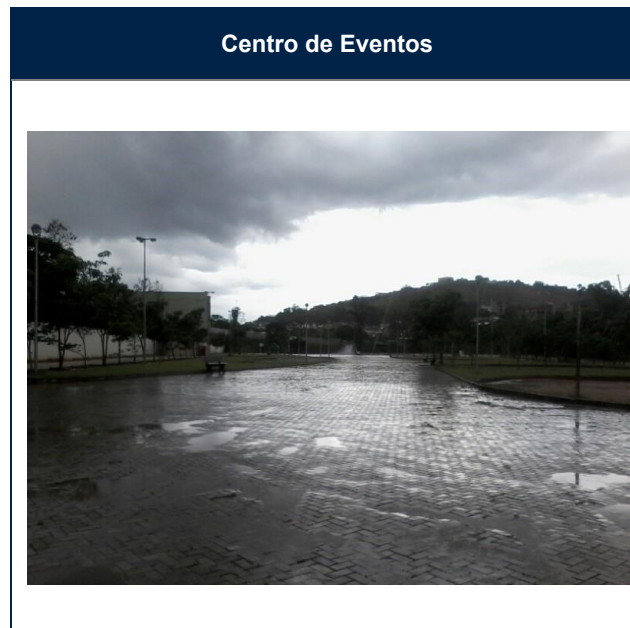


Figura 9 Centro de eventos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.6 Locais e Templos de Fé/Edificações

No âmbito do Inventário Turístico, os templos de fé interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, que podem ser consideradas atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto das manifestações de fé presentes no município. O levantamento realizado em campo possibilitou inventariar 14 templos de fé, a saber

:

- Capela Nossa Senhora Aparecida;
- Igreja Nossa Senhora do Rosário;
- Igreja São Domingos do Gusmão;
- Igreja de Santana;
- Grupo Espírita Maria de Nazaré;
- Igreja Evangélica Pentecostal Jesus Bom Pastor;
- 1º Igreja Batista;
- Igreja Deus é Amor;
- Templo Deus para as Nações;
- Santuário Carismático de São Domingos do Prata;



- Assembleia de Deus;
- Comunidade Batista Renovo;
- Santuário do Bom Jesus;
- Igreja internacional da Graça de Deus.

Tabela 11 Locais e templos de manifestação de fé/edificações

Capela Nossa Senhora Aparecida



Igreja São Domingos Gusmão



Grupo espírita Maria de Nazaré



Igreja Pentecostal Jesus Bom Pastor





1ª Igreja Batista



Igreja Deus é Amor



Templo Deus para as Nações



Santuário Carismático São Domingos do Prata





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Sendo ou não considerados bens patrimoniais, protegidos ou não pelo município, pelo estado ou pela União, do ponto de vista do diagnóstico cultural, esses templos são importantes lugares de práticas culturais, considerando-se a perspectiva da diversidade religiosa no município de São Domingos do Prata. Abrigam, ainda, significativos elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imagens, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

3.2.1.2.7 Outros Serviços e Equipamentos Turísticos

O Inventário Turístico permitiu a identificação de outros serviços e equipamentos utilizados pelos visitantes para fins turísticos, ainda que não os tenham como seu objetivo principal. São eles: Seção Municipal de Turismo e Associação Esperanza Brasil.

3.2.1.2.8 Atrativos Naturais

O município de São Domingos do Prata possui quatro atrativos naturais passíveis de uso para fins turísticos. São eles:

- Cachoeira do Prequete ou Cachoeira do Alfié: são 30 metros de queda livre e sua extensão total chega a 1 km de águas correntes na parte superior. Existem piscinas naturais formadas nas pedras e uma lagoa na queda final. Tem difícil acesso, porém com maior volume de água do que todas as outras cachoeiras da cidade. Encontra-se próxima ao distrito de Alfié e, para chegar até lá, deve-se passar pelo vilarejo do Bicudo, onde algumas encruzilhadas em meio à plantação de eucalipto dificultam um pouco a chegada. Está localizada a cerca de 30 km da sede de São Domingos do Prata. Atividades realizadas no atrativo: caminhadas, trilhas, banhos de piscinas naturais e esporte de aventura.
- Alto das Posses (Rampa do vôo livre): usada pelos turistas para a prática de turismo de aventura, o acesso pode ser feito por meio de caminhada da sede do município ao ponto final da serra, durando aproximadamente três horas. Durante todo percurso, tem-se uma paisagem repleta de cachoeiras, grutas e pedreira. Destaca-se a Pedra da Baleia, que oferece, do alto, a possibilidade de se avistar boa parte da cidade de São Domingos do Prata e cidades vizinhas. Atividades realizadas: campeonato de vôo livre, trilhas ecológicas e turismo de aventura.
- Parque Natural Municipal Elci Rolla Guerra (ou Parque Elci Rolla): é uma Unidade de Conservação de proteção integral com remanescentes de Mata Atlântica. Compreende 49,32 hectares e sua formação florestal é classificada como floresta estacional semidecidual. O parque possui três córregos e quatro represas, além de elevado valor histórico e cultural para o município. Atividades realizadas: caminhadas em trilhas.
- Cabana Cachoeira: encontra-se a 7 km da sede do município em uma propriedade particular próxima ao vilarejo da Serra e de fazenda histórica do mesmo proprietário. É a cachoeira mais frequentada pelos habitantes da cidade e da região. Conta com uma estrutura de bar que atende os frequentadores. Atividades realizadas: aos fins de semana acontecem shows no quiosque do atrativo. Muitos turistas vão para passar o dia e se banham nas águas da cachoeira. Possui um bar que oferece bebidas e comidas diversificadas.

Entre os atrativos, nenhum conta com visitas guiadas, enquanto nos três primeiros a entrada é gratuita.



Figura 10 Parque natural municipal Elci Rolla Guerra

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura a seguir traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 11 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação para os municípios, 2012

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política cultural no município de São Domingos do Prata, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão, legislação e fontes de financiamento, mecanismos de controle e participação social, espaços e equipamentos, diversidade cultural, calendário de eventos e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

O município de São Domingos do Prata possui órgão de gestão da política cultural, a Divisão de Cultura, que está subordinada ao Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Em sua estrutura de gestão, o município possui também o Conselho Municipal de Cultura, instituído pela Lei nº 296/2003, o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico – FUMPAC, instituído pela Lei nº 295/2003, e o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, instituído pela Lei nº 427/2009. Destaca-se o fato de o FUMPAC ter sido concebido como

instrumento de suporte e apoio financeiro para implantação e manutenção dos projetos e programas relacionados à cultura e ao patrimônio cultural.

Todavia, o município não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e tampouco logrou a organização sistêmica dos órgãos de gestão atualmente existentes, o que implicaria na instituição do Sistema Municipal de Cultura e seus eventuais subsistemas, por meio de lei específica. Um dos subsistemas que se recomenda implantar é o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, articulado ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais. O SMIIC consiste em um banco de dados sobre a cultura local, fundamental para o monitoramento e a avaliação da política cultural.

São Domingos do Prata também não dispõe de Plano Municipal de Cultura, instrumento fundamental para o planejamento e a gestão da política cultural, uma vez que estabelece objetivos, ações, metas, prazos e indicadores de monitoramento e avaliação, tomando por base as diretrizes aprovadas em Conferência Municipal de Cultura. No entanto, o município não realizou Conferências de Cultura, de modo a promover o diálogo sobre as necessidades e potencialidades da cultura com a sociedade civil.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

Embora não esteja organizada em perspectiva sistêmica, a gestão da política cultural em São Domingos do Prata dispõe de importantes mecanismos de participação social – o Conselho Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. Ambos os conselhos são paritários e consultivos. Destaca-se que o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural foi instituído por meio de decreto.

Como anteriormente expresso, o município não vem adotando a prática de dialogar com a sociedade civil sobre as necessidades e potencialidades da cultura local por meio de Conferência. Os conselhos da política setorial da cultura são as instâncias de participação e controle social existentes, embora sejam consultivos. Observa-se, ainda, que no âmbito da política de preservação do patrimônio histórico e artístico, o município dispõe de Plano de Aplicação dos recursos do FUMPAC, cuja gestão compete à Divisão de Cultura “com

fiscalização irrestrita das entidades civis do município”, conforme estabelece a Lei nº 427/2009.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

O município possui dotação orçamentária específica para a execução da política cultural, que se compõe de recursos próprios, advindos do orçamento municipal e de recursos transferidos pelo ICMS cultural, política que o município adere e participa regularmente, conforme se poderá notar no item sobre o Patrimônio Cultural e Memória.

O gestor municipal entrevistado não soube informar o percentual dos recursos destinados à execução da política cultural em relação ao orçamento geral do município e aponta que, dentre as principais dificuldades para o desenvolvimento da cultura local, encontram-se as limitações financeiras para investimentos mais significativos do poder público neste setor.

A Tabela 12 traz os valores do orçamento municipal de São Domingos do Prata destinados à Cultura, relativos aos anos de 2014 e 2015, que podem ser consultados no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁵.

Tabela 12 Orçamento municipal: despesas realizadas segundo a função Cultura - São Domingos do Prata (2014 e 2015)

Item / Função	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	31.797.052,31	30.235.923,65
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	31.547.721,44	30.038.133,27
Despesa total com a função Cultura (valor executado e liquidado)	1.177.346,60	765.127,12

¹⁵ Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.

Despesa total com a Unidade Fundo Municipal de Patrimônio Cultural (valor executado e liquidado)	23.848,48	52.725,77
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	-----------

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016.

OBS: apenas valores liquidados; os valores empenhados não foram aqui considerados.

De acordo com tal fonte, constam R\$ 1,2 milhão gastos em Unidades ligadas à Cultura em 2014, o que correspondia a cerca de 4% do orçamento municipal anual executado. Deste total, 98% foi aplicado na Função Cultura (cujos gastos majoritários são a manutenção de atividades culturais – principalmente festas e eventos –, com R\$ 1.021.226,60 investidos, e a concessão de subvenções sociais, com R\$ 154.600,00 gastos).

No orçamento 2015 o valor dos gastos com a Cultura foi reduzido para R\$ 817 mil, relativos a 2,7% do total dos gastos liquidados pela Prefeitura, distribuindo-se as rubricas de maneira similar às do ano anterior, com elevação dos valores destinados ao Fundo Municipal de Patrimônio Cultural.

São Domingos do Prata tem participado da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁶, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Nesse quesito, conforme pode ser visto nas tabelas abaixo, o município aumentou sua pontuação, chegando ao exercício 2017 com 12,06. Esta situação indica que haverá

¹⁶ O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao IEPHA/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao IEPHA documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

ampliação dos recursos repassados e disponíveis para o Fundo de Patrimônio no ano que ora se inicia.

Tabela 13 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – São Domingos do Prata (2013-2017)

Município	ICMS exercício 2017	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2013
São Domingos do Prata	12,06	9,53	12,31

Fonte: IEPHA, 2016

Tabela 14 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – São Domingos do Prata, 2014-2016

Município	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016*
São Domingos do Prata	273.305,87	192.907,62	145.068,28

Fonte: FJP, 2016

*Não inclui o valor repassado no mês de dezembro de 2016.

A relação do poder público com a iniciativa privada é descrita como sendo muito ruim, devido à pequena participação das empresas.

Os recursos destinados à execução da política cultural são aportados no Fundo Municipal do Patrimônio Cultural – FUMPAC. Este encontra-se regulamentado e em funcionamento, sob a gestão da Divisão de Cultura, com irrestrita fiscalização do Conselho Municipal de Cultura.

Conforme informado pelo gestor público entrevistado em novembro de 2016, em seu curto período de funcionamento o FUMPAC financiou a execução do projeto de grupo particular

denominado “Congado, Tambor, Memória e História”, em 2014. O Fundo também investe na restauração e ou reforma de bens tombados e inventariados, bem como em projetos de educação patrimonial, não especificados pelo gestor informante.

A relação do poder público com a iniciativa privada é descrita como sendo muito ruim, devido à pequena participação das empresas.

O fomento às ações e projetos culturais da sociedade civil teria maior impulso se o município possuísse legislação de incentivo à cultura. Essa legislação contribui, sobremaneira, para que grupos e artistas desenvolvam sua capacidade de elaboração e gestão de projetos. E, provavelmente, contribuiria para o incentivo e a promoção da participação dos agentes locais, por meio da submissão de projetos, nos editais publicados anualmente pelo governo do Estado (Lei de Incentivo e Fundo) e pela União, mediante captação de recursos junto a empresas privadas, posteriormente à sua aprovação pelo poder público.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

O município de São Domingos do Prata já possuía um Inventário de Oferta Turística preliminar, realizado em 2009, sendo necessário apenas validar e atualizar as informações disponíveis. Este trabalho de atualização, em novembro de 2016, permitiu inventariar os equipamentos e atrativos a seguir:

3.2.2.2.1 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

Um importante espaço cultural existente e em funcionamento em São Domingos do Prata é a Biblioteca Pública Municipal Benjamim Gomes Torres, de 30m². O espaço encontra-se em bom estado de conservação, tendo 300 leitores registrados e acervo de 7 a 10 mil livros (SEC, 2016).

Destaca-se, contudo, que São Domingos do Prata carece de espaços e equipamentos culturais tais como arquivo público, centro cultural, centro de memória, feira de artesanato,

cinema, espaço para circo, livraria, museu, ponto de cultura, ponto de leitura, teatro ou sala de espetáculo.

Muitos eventos culturais são realizados nas quadras poliesportivas da cidade. A principal forma de lazer identificada no município é a sinuca, equipamento presente em todos os bares locais, o que se revela como forte traço da cultura, sobretudo para os homens.

3.2.2.2 Atrativos Culturais

Foram inventariados oito atrativos culturais, organizados e definidos a partir de seus elementos culturais materiais e imateriais.

Tabela 15 Atrativos culturais identificados em São Domingos do Prata

Tipo de atrativo	Nome oficial
Artesanato	Vieira Artesanato
Edificações	Casa de Cultura Chiquito Morais
Festas e Celebrações	Carnaval
Gastronomia	Doce de Leite do Prata
Gastronomia	Salgados Dona Celita
Músicas e dança	Casa de Shows Santa Isabel
Músicas e dança	Fundação Monique Leclercq
Músicas e dança	Corporação Musical Aníbal Soares de Oliveira

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir detalhamos alguns dos principais atrativos culturais encontrados.

- Casa de Cultura Chiquito Morais (2004): mantida pela prefeitura, encontra-se em muito bom estado de conservação interna e externa. Contudo, a sua entrada não é adaptada para acesso de pessoas com dificuldades de locomoção. A Casa de Cultura encontra-se aberta ao público de 07h00 às 17h00, durante os dias de semana, exceto sábados

e domingos. O edifício é adequado para receber eventos, com destaque para shows e casamentos.

- Casa de Shows Santa Isabel, situada no hotel de mesmo nome.
- Fundação Monique Leclercq: entidade sem fins lucrativos, criada em 1998. É mantida pela prefeitura e conta com doações, convênios e apoio de pessoas físicas, empresas, paróquia local e Irmãs Dominicanas, além do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. O estado de conservação do imóvel é avaliado como muito bom, considerando sua estrutura, cobertura e espaços exteriores e interiores. É parcialmente adaptado para acesso de pessoas com dificuldades de locomoção. A Fundação funciona de 07:00h às 17:00h, durante os dias de semana, exceto sábados e domingos. Com boas instalações, abriga e promove aulas e atividades musicais, de dança, artesanato, capoeira, apoio escolar, teatro, inclusão digital, xadrez, outros jogos e esportes, além do Projeto Aprendiz. Assiste cerca de 300 crianças, adolescentes e jovens de bairros carentes e da zona rural. Também promove dias de lazer com caminhadas, brincadeiras, banho de piscina, esportes, dentre outras atividades. Em dezembro, promove a Feira Cultural na quadra da Fundação Monique Leclercq, com atividades artísticas, barraquinhas, pescarias, artesanatos e jogo de bingo. A fundação recebeu o prêmio Itaú UNICEF em 2009 e 2011.

Tabela 16 Atrativos culturais





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

São Domingos do Prata é um município repleto de manifestações culturais. Dentre essas manifestações, a música é, segundo o gestor municipal entrevistado, a mais expressiva, o que se justifica pela existência do Congado Nossa Senhora do Rosário, das corporações musicais Santa Cecília e Aníbal Soares de Oliveira, do Coral Prata, Encanto e Voz, da Orquestra Arte & Som, e da realização de eventos musicais anuais: vesperata, encontro de bandas, apresentação de corais, flauta doce e orquestra de violão, do carnavalesco “bloco dos sujos” e do grupo de capoeira “Berimbau, me leva”.

O Carnaval de São Domingos do Prata é marcante pela sua intensidade, alegria e ocupação livre das ruas da cidade por blocos, grupos de samba e foliões do município e região.

Destaca-se que a Corporação Musical Aníbal Soares de Oliveira, mantida pela Prefeitura Municipal, conta com músicos de diversas cidades, que viajam em finais de semana para apresentações.

A Orquestra Arte & Som é mantida pela Fundação Monique Leclercq e já se apresentou em Brasília, em diversas cidades mineiras e em programas da Rede Globo, TV Alterosa e Band Minas, além de praças, teatros, fóruns culturais e escolas da região.

Além da Fundação Monique Leclercq, outra instituição com destacada liderança e atuação na promoção da cultura no município é a Paróquia São Domingos Gusmão.

A produção artesanal é também uma importante manifestação cultural do município. Tem-se em São Domingos do Prata a incidência de artesanato tradicional em velas, com entalhe em bambu, coco, entalhe de móveis, animais e santos, além da fabricação de carros de boi. Trata-se, pois, de uma produção peculiar com potencial a ser fortalecido cultural e economicamente.

O produto típico da gastronomia é o doce de leite do Prata, produzido pela Cooperativa de Laticínios Vale do Mucuri, desde 1987, no centro da cidade, cuja sede encontra-se em bom estado de conservação. Também são citados o pastel de angu e o bolinho de canjiquinha com queijo, carne de sol ou bacalhau. Os utensílios domésticos mais peculiares nos processos de produção dessas iguarias são a colher de pau, o tacho e o fogão a lenha.

3.2.2.3.1 Formação Artística e Cultural

As atividades de formação artística e cultural são bastante expressivas no município, que conta atualmente com mais de 200 alunos frequentando cursos na área musical, palestras sobre preservação do patrimônio cultural, visitas a elementos do patrimônio histórico e caminhadas, em parcerias com escolas. De acordo com o gestor municipal entrevistado, o objetivo desses trabalhos de formação artística e cultural é promover o conhecimento da história local e, assim, sensibilizar e estimular a população jovem a valorizar sua própria história e os elementos de caráter material e imaterial do patrimônio cultural local.

No âmbito dos projetos de formação artística e cultural existentes no município, destaca-se o papel tentacular que exerce a Fundação Monique Leclercq no atendimento a jovens carentes e da área rural. É ela que, gratuitamente, mantém a Orquestra Arte & Som em funcionamento, além de aulas diárias de teatro, dança e capoeira, música, artesanato e xadrez. São ofertados também os serviços de apoio escolar, atividades de inclusão digital, jogos e esportes, e o Projeto Aprendiz. A Fundação Monique Leclercq assiste cerca de 300 crianças, adolescentes e jovens de bairros carentes e da zona rural. A referida Fundação

também promove dias de lazer com caminhadas, brincadeiras, banho de piscina, esportes, entre outras atividades.

Em conjunto, essas ações de formação artístico-cultural promovem o sentimento de pertencimento social, contribuem para o fortalecimento da identidade coletiva e o conhecimento e valorização dos elementos da cultura local e regional.

3.2.2.4 Calendário Cultural

O calendário cultural do município se compõe de eventos diversos, tais como comemorações religiosas, encontros, festivais e feiras culturais, entre outros, que acontecem ao longo de todo o ano, a saber:

- Fevereiro: Carnaval (shows, desfiles de blocos e escolas de samba, rua de lazer e chuveirão), evento de significativa mobilização regional;
- Março/Abril: Semana Santa;
- Abril: Cavalgada;
- 1º Maio: Festa do trabalhador;
- Maio: Festa da Cruz do Jambreiro;
- Maio: Encontro Nacional de Motociclistas;
- Maio: Festival Gastronômico “Sabores do Prata”;
- 04 de agosto: Festa de São Domingos de Gusmão, santo padroeiro da cidade;
- 04 de agosto: Aniversário do município;
- Agosto: Encontro de Voo Livre;
- Agosto: Festa de Nossa Senhora do Livramento;
- 07 de setembro: Desfile em comemoração à Independência do Brasil;
- Setembro: Carreata Bíblica e Novena de Nossa Senhora Aparecida, na comunidade de Mãe D’Água;
- Setembro: Encontro Regional de Guardas de Congo e Festa do Rosário;
- Outubro: Novena de Nossa Senhora do Rosário, na comunidade de Alfié;
- 12 de outubro: Festa de Nossa Senhora Aparecida;
- Outubro: Festa do Estudante;
- Dezembro: Feira Cultural (Fundação Monique Leclercq);

- Dezembro: Recital e Cantata de Natal.

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

A política de preservação do patrimônio histórico e artístico de São Domingos do Prata é regida pela Lei nº 295, de 17 de março de 2003, que estabelece as normas e cria os instrumentos de proteção do patrimônio cultural em nível municipal, além de instituir o instituto do Tombamento. Nesse campo há também o Decreto nº 296, de 17 de março de 2003, que cria o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, e a Lei nº 485, de 20 de novembro de 2012, que cria o instituto do Registro. Esses instrumentos jurídicos foram instituídos em alinhamento com as condicionantes da política do ICMS cultural do estado e contribuíram para a realização da política de proteção ao patrimônio cultural de São Domingos do Prata.

Segundo documentação do município entregue ao ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017, o inventário de São Domingos do Prata foi iniciado no ano de 2003. Para o exercício de 2017 foram contemplados com o inventário os seguintes bens culturais:

- Escola Municipal João Monteiro Rodrigues Rolla;
- Cemitério do Rosário;
- Imagem de Nossa Senhora das Mercês;
- Imagem de Nossa Senhora do Rosário;
- Imagem de São Francisco de Assis;
- Imagem de Santa Efigênia;
- Imagem de São Benedito.

O município realizou o tombamento de quatro bens materiais, a saber:

- Imagem de São Domingos Gusmão, padroeiro da cidade;
- Igreja Nossa Senhora do Rosário;
- Imagem da Igreja das Mercês;

- Igreja de Santana, de 1794, em Alfíé.

Conforme registrado na base de dados do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA, o município obteve pontuação 12,06 com base no Critério do Patrimônio Cultural, Lei Estadual nº 18.030/2009, Deliberação Normativa CONEP 02/2015, para o Exercício 2017¹⁷, pontuação acima da média dos municípios mineiros que é de 7,83. No âmbito dessa política o município desenvolveu, com recursos do FUMPAC, ações de restauração e reforma de bens tombados e inventariados e de educação patrimonial.

Destaca-se, por fim, que mesmo desenvolvendo diversas manifestações culturais locais importantes, o município não possui bens imateriais registrados. Ademais, o município não possui museus, galerias ou outros espaços expositivos para disseminação de seus acervos, bem como não dispõe de arquivo público para o abrigo e conservação dos documentos que registram a história e a memória local.

3.2.2.6 Educação Patrimonial

O município desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012, cujo objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade conscientizando os alunos quanto a cidadania, a identidade cultural e a memória. A metodologia proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural.

São Domingos do Prata realizou em 2015 o projeto Educação Patrimonial: Memória, Patrimônio e História, desenvolvido pela Escola Municipal Lúcio Monteiro de Oliveira, com os alunos da 4^a e 5^a séries do ensino fundamental. O bem cultural escolhido para estudo foi a Igreja de Sant'Anna em Santana do Alfíé, distrito de São Domingos do Prata.

17 <http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf>. Visitado em 29/11/2016.



Figura 12 Igreja de Sant'Anna

Fonte: <http://mapio.net/pic/p-48042170/>

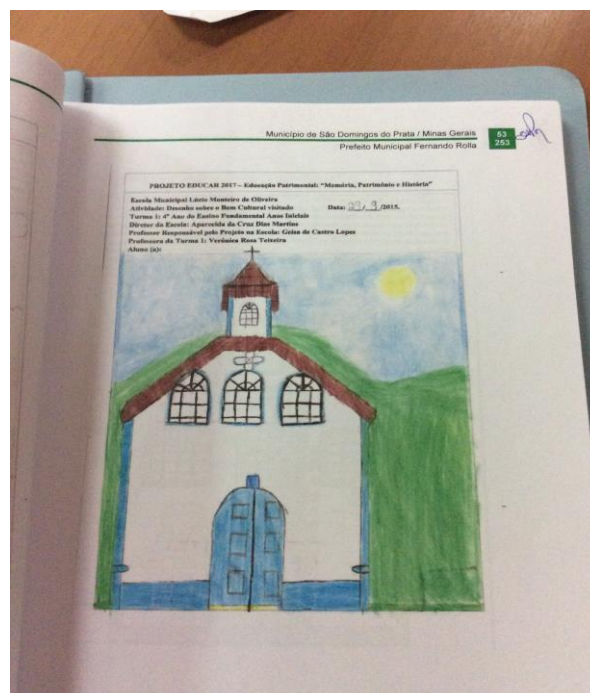


Figura 13 Ilustração aluno - Educação Patrimonial

Fonte: IEPHA - Documentação do ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a

concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de São Domingos do Prata, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer em São Domingos do Prata é uma prerrogativa da Divisão de Esportes, subordinada ao Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Todavia, embora a Política Nacional do Esporte assinale que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata não implementou o Plano Municipal de Esporte e Lazer.

O levantamento de dados realizado em campo possibilitou identificar, ainda, que o município não possui sistema de informações e indicadores para planejar, monitorar e avaliar a gestão da política de esporte e lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

A cidade conta com Conselho Municipal de Esporte, criado em 04 de Março de 2010. Este é deliberativo, possui representação paritária e está ativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

O representante municipal relatou que o município possui Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer. No entanto, não informou o número da lei que o institui ou o ano de sua criação. Ainda de acordo com o entrevistado, o Fundo está regulamentado e os recursos são provenientes de dotação orçamentária própria. Porém, até o momento não há projetos aprovados.

O entrevistado relatou haver dotação orçamentária específica destinada à Divisão de Esportes, ainda que não tenha identificado o percentual. Por outro lado, segundo ele, o montante total que é de, aproximadamente, R\$ 230 mil ao ano. Outra fonte de arrecadação é proveniente do pagamento da taxa de utilização do Centro Esportivo: R\$60,00 por família para utilizar a piscina, além de uma mensalidade de \$15,00. Ainda conforme o entrevistado, a Prefeitura utiliza recursos próprios para promover, fomentar e apoiar iniciativas de esporte e lazer.

Os gastos orçamentários de São Domingos do Prata nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram para as prestações de contas anuais 0,6% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 0,1%, apresentando, então, um aumento de 0,5% no orçamento no período de 2009 a 2013. Tais dados foram obtidos no indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”¹⁸ do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer” (FJP, 2013).

Em análise do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009) - ano base 2015, disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, o município de São Domingos do Prata teve como pontuação final 172 pontos e se posicionou em 145º no

18 O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

ranking. O percentual financeiro que será destinado ao município é de 0,14% do ICMS total arrecadado (MINAS GERAIS, 2016).

O ICMS Esportivo é um programa do Governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar: a realização de programas/projetos esportivos; a organização da política esportiva dos municípios; e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte (MINAS GERAIS, 2016). Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base (ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo) (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

De acordo com os levantamentos realizados junto à Secretaria de Estado de Esportes, o município de São Domingos do Prata tem participação registrada nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

A partir de informações coletadas em campo, observou-se que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: sede dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) - Etapa Microrregional; Projetos através do SESI (natação, handebol, futebol e futsal); Projeto para a Terceira Idade (hidroginástica); Campeonato Regional de Futebol e Campeonatos de Futebol de Férias. Há, ainda, campeonato de vôo livre, realizado na primeira semana de agosto.

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui sete espaços ou infraestruturas de esporte e/ou lazer que, de acordo com a validação das informações, constituem-se em ponto de encontro da comunidade, além de acolher atividades esportivas, recreativas, de lazer, culturais e eventos diversos. A seguir, descrevem-se os espaços ou infraestruturas de esporte e/ou lazer:

- Quadra Poliesportiva da Escola Estadual Coronel Francisco Rolla;



- Quadra do Fabril;
- Prata Tênis Clube;
- Praça da Cerâmica;
- Centro Esportivo Pratiano;
- Campo Fabril;
- Campo Vargem Linda;
- Praça JK;
- Praça José Raimundo de Godoy Quintão;
- Praça Felix de Castro;
- Praça de Cava Grande.

Tabela 17 Equipamentos de esporte e lazer



Praça da Cerâmica



Centro Esportivo Pratiano



Praça José Raimundo de Godoy Quintão



Praça JK



Praça Felix de Castro



Praça de Cava Grande



Campo Fabril



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3 Clipping de Notícias

O clipping de notícias foi elaborado por meio de pesquisas no principal sítio de busca da internet, o google¹⁹. Para isso foram adotadas taxonomias definidas com palavras-chave

¹⁹ goo.gl/46bXSx

associadas ao evento e por ordem de relevância²⁰. As taxonomias utilizadas foram: I) São Domingos do Prata E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; e II) São Domingos do Prata E barragem.

Para São Domingos do Prata, a utilização da taxonomia I não gerou resultados. Todavia, para a taxonomia II foram encontrados 11 resultados. A tabela abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa.

²⁰ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 30/11/2016.

Tabela 18 Clipping de notícias de São Domingos do Prata

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Programa de financiamento para empresas afetadas pela tragédia de Mariana é prorrogado	26/02/2016	Aconteceu no Vale	goo.gl/rDZu25	Nacional	Negativo
CBH – Doce e Prefeitos dos municípios impactados pelo rompimento das barragens se reúnem em Valadares	29/12/2015	CBH - Doce	goo.gl/AMQiWG	Regional	Negativo
FNP propõe ação coordenada dos municípios atingidos pelo rompimento das barragens em Minas Gerais	18/11/2015	Frente Nacional de Prefeitos	goo.gl/aTtzZ	Nacional	Negativo
Audiência pública debate situação de municípios afetados por tragédia em MG	13/01/2016	UNALE	goo.gl/GMH6ct	Nacional	Negativo
Prata, Dionísio, Sem Peixe e Goiabal decretam situação de emergência por rompimento de barragem	27/11/2015	Última Notícia	goo.gl/0UYfk7	Nacional	Negativo
Prefeitos das cidades atingidas pela barragem da Samarco se reúnem em Mariana	-	Real FM	goo.gl/mOZedf	Regional	Negativo
CBH – Doce reúne prefeitos de municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão	19/05/2016	CBH Suaçuí MG	goo.gl/S5Xa5w	Regional	Negativo
Prefeitos mineiros coordenam reunião sobre rompimento da barragem	21/01/2016	Prefeitura de Mariana	goo.gl/k9L4KU	Regional	Negativo

Rompimento de barragem deixa 35 cidades mineiras em situação de emergência	23/11/2015	R7	http://noticias.r7.com/minas-gerais/queda-de-barragem-em-minas	Nacional	Negativo
Prazo do ICMS Patrimônio Cultural para municípios atingidos pela barragem é prorrogado pelo Estado	02/12/2015	Trem das Gerais	goo.gl/f3vyn9oUR	Regional	Negativo
Prefeitos das cidades afetadas por tragédia serão ouvidos em audiência nesta quarta-feira	Janeiro de 2016	Minas Melhor	goo.gl/MK50iAUR	Regional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

As notícias encontradas foram veiculadas em meios de comunicação de alcance predominantemente regional e nacional e se referem aos mais diversos temas. Entre eles, tem-se a prorrogação do prazo de solicitação de financiamento ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) por parte das empresas pertencentes às localidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, inclusive de São Domingos do Prata²¹.

No sítio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH – Doce), a matéria informa a respeito de reunião entre os Prefeitos dos municípios atingidos, realizada em dezembro de 2015, a fim de discutir medidas emergenciais²². No sítio da Frente Nacional de Prefeitos²³,

21 goo.gl/rDZu25

22 goo.gl/AMQiWG

23 À época, o presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) era Marcio Lacerda (PSB), prefeito de Belo Horizonte (2013-2016).

em novembro de 2015, noticiou-se a respeito da atuação coordenada das Prefeituras frente ao contexto²⁴. A informação contida no sítio da Real FM adota o mesmo sentido²⁵.

No sítio da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE), informa-se sobre a audiência pública promovida pela Comissão Extraordinária de Barragens da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Entre os convidados para a ocasião encontravam-se Prefeitos dos municípios atingidos e, inclusive, o de São Domingos do Prata²⁶. O sítio Minas Melhor informou sobre a reunião dessa mesma Comissão. No veículo Última Notícia, por seu turno, São Domingos do Prata é elencado entre os municípios para os quais foi decretado situação de emergência ou calamidade pública em função do Evento²⁷. Esta listagem consta também em notícia veiculada no sítio R7²⁸.

No sítio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Suaçuí, informa-se sobre o encontro de Prefeitos com a finalidade de discutir as ações previstas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado com a Samarco²⁹. Já a Prefeitura de Mariana³⁰ informou sobre a reunião promovida pela Frente Nacional de Prefeitos, em janeiro de 2016, da qual participaram Prefeitos dos municípios atingidos, além de instituições nacionais e internacionais³¹. No portal Trem das Gerais, por fim, a notícia veiculada aborda a prorrogação do prazo de entrega do ICMS Patrimônio Cultural para os municípios atingidos

24 goo.gl/aTtTzZ

25 goo.gl/mOZedf

26 goo.gl/GMH6ct

27 goo.gl/0UYfK7

28 <http://noticias.r7.com/minas-gerais/queda-de-barragem-em-minas>

29 goo.gl/S5Xa5w

30 goo.gl/k9L4KU

31 A exemplo de representantes da Embaixada da França no Brasil, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Banco Mundial (BM).

Observa-se que alguns dos termos mais presentes são “prefeito”, “município”, “Mariana”, “rio” e “MG”. Tratam-se de termos “neutros”, que evocam o contexto no qual se deu o Evento e os seus impactos. Termos essencialmente “negativos” não se encontram entre os de maior frequência.

Sendo assim, a partir dessa ferramenta e do clipping de notícias, observa-se que o impacto na imagem do município foi negativo. Porém, as menções ao município em todas as matérias se deram de modo abrangente, em listas dos municípios atingidos. Dessa forma, não se aprofundou nos impactos sofridos por São Domingos do Prata. Ademais, parte significativa dessas notícias está situada em veículos de abrangência apenas regional. A nuvem de termos, por sua vez, não apresentou palavras essencialmente negativas.

3.4 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de São Domingos do Prata é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo³⁴, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o acesso a produções relevantes e recentes. Além disso, sendo a Conectas³⁵ e a Onda Política³⁶ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs³⁷ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No

34 goo.gl/hBGDKp

35 goo.gl/BcEHVc

36 goo.gl/x1VYhC

37 Organização Não Governamental

repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³⁸, que conta com artigos, experimentos, relatórios e base de dados.

Tabela 19 Síntese de citações

Município de São Domingos do Prata		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

No quadro acima, é possível observar que o município de São Domingos do Prata foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS³⁹ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da

38 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

39 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final⁴⁰, de dezembro de 2015, as informações sobre o evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil⁴¹.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás⁴².

No documento, observa-se que a menção a São Domingos do Prata se limita a uma listagem⁴³. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.

40 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

41 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

42 goo.gl/Ry1Shs Copy short URL

43 Página 55.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

São Domingos do Prata possui política de turismo bem estruturada. A seção do turismo conta com o trabalho de um profissional especialista na área, o que propicia uma gestão administrativa mais assertiva. Isso pode ser percebido pelo fato do município possuir aparatos institucionais fundamentais para o fomento do turismo local, como o Conselho Municipal de Turismo, o Plano Municipal de Turismo, o Fundo Municipal de Turismo, bem como por sua participação no ICMS Turístico.

Tais aparatos são fundamentais para o planejamento setorial, o fomento, o financiamento, o acompanhamento e controle, a regulamentação e a fiscalização do mercado turístico, a qualidade do produto turístico e a capacitação de recursos humanos.

O gestor público municipal realçou em entrevista que o turismo para o município é muito importante, pois fomenta a economia da cidade, principalmente, no atual cenário de crise que as cidades estão passando.

O gestor ainda sinaliza os pontos fracos/dificuldades e os pontos fortes/potencialidades do turismo em São Domingos do Prata. De acordo com ele, as principais fragilidades locais são os poucos recursos advindos dos governos estadual e federal. Quanto aos pontos fortes e potencialidades identificados, o gestor realçou a geração de emprego, a visibilidade do município, a qualidade de vida, além do desenvolvimento do turismo rural e de aventura. Complementando, o município realiza um Carnaval reconhecido na região, atraindo diversos visitantes.

4.2 Cultura

São Domingos do Prata é um município rico em história e manifestações culturais. A ocupação das ruas como espaço privilegiado de manifestação artístico-cultural é um importante traço da cultura local. Possui uma biblioteca pública bem equipada, um centro cultural e uma Fundação ativa e multifuncional. Porém, o município mostra-se carente

quanto à diversidade tipológica dos espaços culturais existentes, visto que não dispõe de equipamentos tais como cinema, teatro, museu, centro de memória e arquivo público.

Sua política de preservação do patrimônio cultural apresenta continuidade e resultados acima da média dos municípios mineiros.

Entretanto, do ponto de vista do desenvolvimento institucional para a execução da política de cultura, os dados e informações levantados evidenciam a necessidade do município aprimorar a sua estrutura de gestão. Mesmo com o êxito logrado na política de preservação do patrimônio histórico e artístico local, faz-se necessário: aderir ao Sistema Nacional de Cultura, com vistas à instituição do Sistema Municipal de Cultura e seus respectivos subsistemas; elaborar o Plano Municipal de Cultura; e instituir arcabouço jurídico alinhado às demandas da política cultural.

4.3 Esporte e Lazer

São Domingos do Prata apresenta frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e lazer, não dispondo de órgão executivo exclusivo para esse fim. Dessa forma, comprova-se que o esporte e o lazer não são tratados como prioridade no programa do governo municipal.

O gestor público entrevistado informou haver dotação orçamentária específica para a Divisão de Esportes destinada à promoção, fomento e apoio aos setores em questão, sendo esta de, aproximadamente, 230 mil reais ao ano, além das arrecadações provenientes do pagamento da taxa de utilização do Centro Esportivo. Foram encontradas, ainda, informações quanto à participação deste município em apenas um programa promovido pela Secretaria de Estado de Esportes: os Jogos Escolares de Minas Gerais.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local, encontra-se ativo, permitindo, assim, a participação deste município em programas que proporcionam uma melhoria na arrecadação financeira, tais como o ICMS Solidário – Critério Esportivo, o qual permite, conseqüentemente, um aumento no investimento em atividades esportivas.

Além disso, a falta de informações precisas sobre o Fundo Municipal de Esportes e a inexistência de um Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, embasam a fragilidade na gestão da política voltada para o esporte e lazer.

Entretanto, o representante municipal reconhece que o esporte é muito importante para a formação humana e de cidadania da população, além de ser um caminho para afastar os jovens do crime, das drogas e do álcool. Ele destacou o futebol como a maior potencialidade a ser desenvolvida no município, visto que São Domingos do Prata tem grande quantidade de campos de futebol (são, aproximadamente, 32 campos distribuídos na sede e nos distritos).

Contudo, a falta de recurso financeiro foi citada como a principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local, visto que, segundo o entrevistado, o orçamento da prefeitura é baixo e a demanda de manutenção das estruturas esportivas é muito alta. Ele ainda ressaltou que as potencialidades do município para o desenvolvimento do esporte são muitas, embora seja necessário um maior investimento do poder público. Com isso, seria possível oferecer possibilidades para a comunidade participar dos programas e atividades, acarretando, também, em melhor qualidade de vida.

Continuamente, o entrevistado afirma que o lazer também é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de São Domingos do Prata e que, assim como o esporte, é a base para formação humana. Ele informou que, durante a sua gestão, foi possível ampliar os espaços de lazer para a comunidade, promovendo integração social, formação social, educação e cultura.

De acordo com o relato do representante municipal, as praças públicas para a criação de academias ao ar livre e as quadras poliesportivas são as maiores potencialidades de lazer observadas no município. Porém, mais uma vez, ele aponta que a falta de orçamento e investimento são as principais dificuldades observadas para o desenvolvimento do Lazer local.

Ainda de acordo com o entrevistado, uma ação prioritária que pode ser desenvolvida no município para a promoção do esporte e lazer é fomentar a Escolinha da Fé, que atende duzentas crianças.

Além disso, para a valorização e fomento de ações locais voltadas para o esporte e lazer, faz-se necessária uma reestruturação das prioridades da política municipal, capacitação profissional dos agentes públicos, investimento na manutenção das infraestruturas atinentes a esses setores e desenvolvimento de programas e projetos, tendo como principal objetivo a qualidade de vida da população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 20.

Tabela 20 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- **Efeito:** Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- **Origem:** Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- **Duração:** Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- **Abrangência:** Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- **Severidade:** É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 21 Modelo planilha de identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											

	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											
Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis											
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais											
	Impacto sobre Bens Móveis											
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural											
	Alteração de Costumes Locais											
	Alteração na Agenda Cultural											
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas											
	Alteração do Calendário Esportivo											
	Alteração de atividades de entidades esportivas											
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas											

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte											
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização											
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer											

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 15 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 15 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na figura abaixo, seguir:

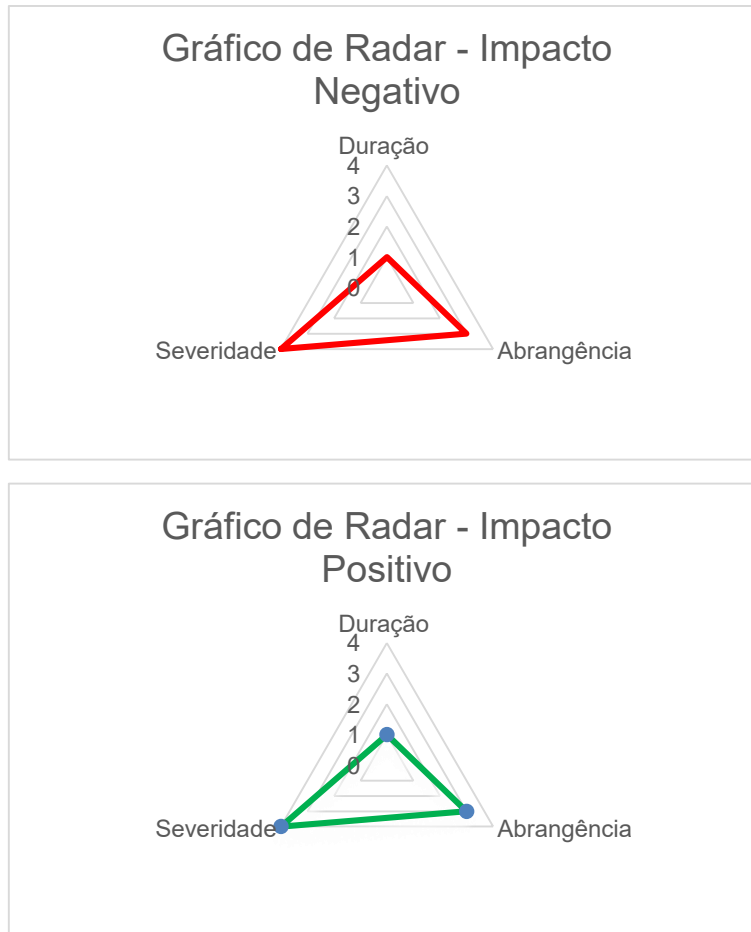


Figura 16 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve

para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 17 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

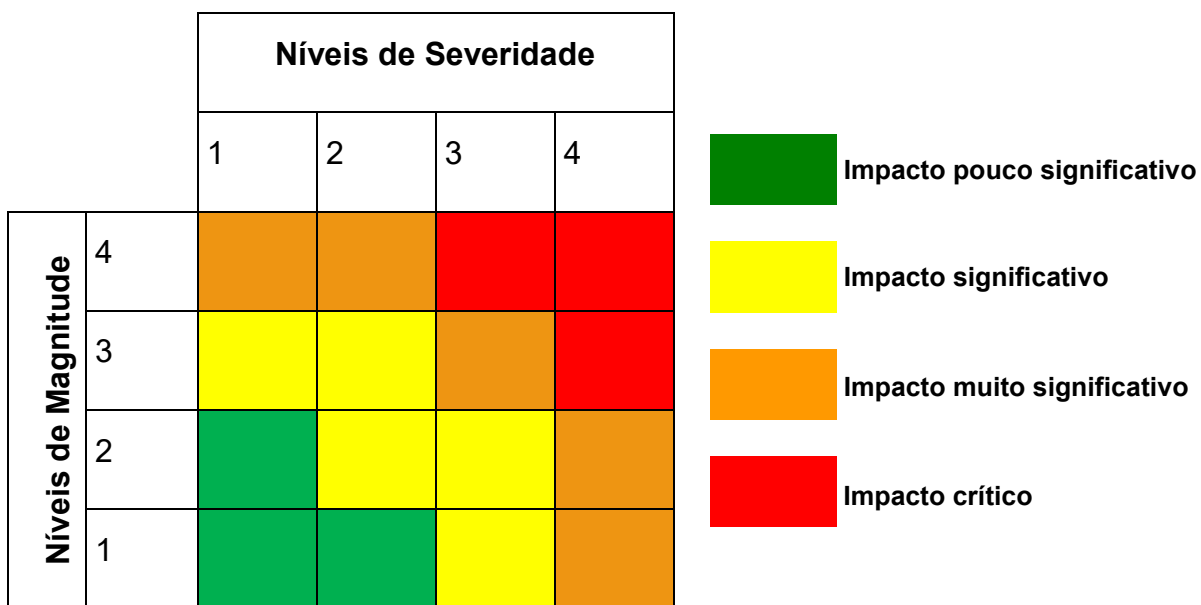


Figura 17 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (IP) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (IN) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
- b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
- c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- d) Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.



Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.



Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;

- e) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- f) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- g) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.



Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impacto: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impacto: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;

- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;



- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.



5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

Os dados e informações levantados e analisados possibilitam afirmar que não foram registrados, em São Domingos do Prata, quaisquer impactos sobre eventos culturais, costumes, tradições, modos de vida, atividades culturais realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como celebrações, rituais, encontros de lavadeiras, etc., decorrente do Evento. Não há registros de impactos sobre espaços e equipamentos de cultura do município; acessos aos espaços e equipamentos culturais; bens culturais móveis ou imóveis do município. Também não foi registrado nenhum tipo de perda econômica para artistas, artesãos e grupos culturais, como bandas de música, corais, grupos de teatro,

de capoeira e de dança, em decorrência do Evento; ou prejuízos em termos de captação de recursos para execução de projetos culturais incentivados ou não pelas leis estadual ou federal de cultura.

Do mesmo modo, não foi registrado qualquer impacto sobre recursos naturais, estruturas e equipamentos destinados à prática esportiva, à sociabilização e ao Lazer. Não houve quaisquer alterações no cotidiano comunitário, nem no calendário esportivo do município e nem nas atividades de entidades esportivas. O investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer, bem como, o investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao esporte, também não sofreram quaisquer alterações.

Os atrativos turísticos, equipamentos e estruturas de turismo, a economia, o fluxo turístico, o ambiente, a paisagem e as atividades turísticas realizadas nos cursos d'água também não sofreram danos decorrentes do Evento.

5.2.1 Impacto na Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado os meios de comunicação e a ciência. As informações e mensagens difundidas, bem como os resultados dos estudos e pesquisas realizadas revelam importantes aspectos sobre o Evento, mas podem, por outro lado, impactar negativamente a imagem dos municípios atingidos.

Para avaliar a repercussão do Evento e seus eventuais impactos na imagem do município foi elaborado um *clipping* de notícias por meio de pesquisas no principal sítio de busca da *internet*, o *google*, e também um recorte amostral da produção acadêmica.

Para a pesquisa foi utilizada uma taxonomia específica tendo sido encontrado 11 resultados. As notícias ora mencionadas possuem, em sua maioria, teor negativo na abordagem do Evento. Há também, por outro lado, algumas notícias que focam as ações de mitigação dos impactos provocados pelo Evento. Entretanto, são destacados, por

exemplo, os problemas relativos ao patrimônio histórico e cultural e à economia dos municípios atingidos.

Sendo assim, a partir do clipping de notícias, observa-se que o impacto na imagem do município foi negativo. Porém, as menções ao município em todas as matérias se deram de modo abrangente, em listas dos municípios atingidos. Dessa forma, não se aprofundou nos impactos sofridos por São Domingos do Prata. Ademais, parte significativa dessas notícias está situada em veículos de abrangência apenas regional.

No âmbito da produção acadêmica foram analisados oito estudos, dos quais em apenas um há menção a São Domingos do Prata. No documento, observa-se que a menção a São Domingos do Prata se limita a uma listagem⁴⁴. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.

Consideradas as duas fontes de análise – jornalística e científica - infere-se que o impacto é negativo na imagem do município de São Domingos do Prata. Pode ser considerado de médio prazo (2), abrangência municipal (3), e baixa severidade (1).

44 Página 55.

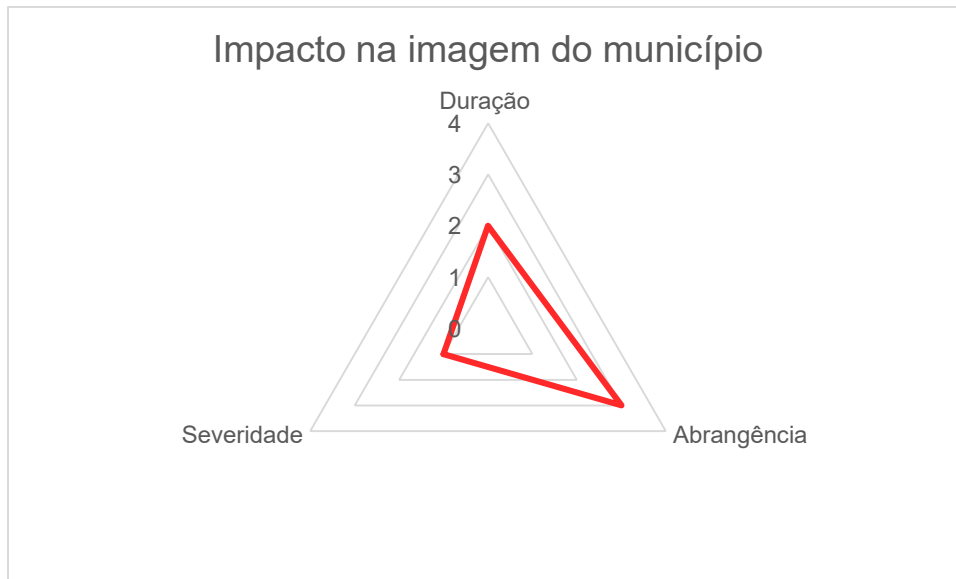


Figura 18 Impacto na imagem do município

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Nesses termos esse impacto foi considerado significativo (2).

Tabela 22 Planilha de identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto na imagem do município	Notícias e estudos acadêmicos sobre o impacto	N	ID	2	3	1	2	<p>Ações de Capacitação e Promoção do Turismo</p> <p>Ações de fortalecimento institucional para a gestão das políticas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer</p>	2	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2017.



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 23 - Listagem de participantes de reunião institucional em São Domingos do Prata

Nome	Nome do órgão/setor
Fernando Rolla	Prefeito
Mariluce Pereira Martins	Divisão de cultura
José das Dores Soares	Divisão de Esporte
Horácio de carvalho Santos	Seção de turismo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 24 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental



			Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. SÃO DOMINGOS DO PRATA [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

[HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf). VISITADO EM 8/12/16.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA EXERCÍCIO 2017.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL SÃO DOMINGOS DO PRATA [IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br). ACESSADO EM 27.11.2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIOS INSTITUCIONAIS, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/11/2016

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IBGE, 2014.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23/12/ 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: [HTTP://WWW.SAODOMINGOSDOPRATA.BR/](http://www.saodomingosdoprata.br/)

SUPERINTENDÊNCIA BIBLIOTECAS PÚBLICAS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.